

A língua helênica na tradição da Igreja

Nossa breve exposição será dividida em 3 partes, a saber: a etnolinguística, a teoria dos conceitos e a inspiração. Ao final, se couber, um breve depoimento.

Antes de iniciarmos, gostaríamos de deixar claro que o que diremos só fará sentido no ambiente ortodoxo, jamais no ambiente acadêmico laico.

Gostaríamos, enfim, de iniciar esta breve fala com uma palavra: “etnolinguística”.

A etnolinguística é uma valiosa área do conhecimento que estuda a adequação e as pequenas inadequações das línguas às culturas nas quais estão inseridas, destacando, assim, a relação entre idioma e cosmovisão. As adequações são da ordem comunicativa, e as inadequações, sempre muito periféricas, são da ordem criativa.

Do ponto de vista da etnolinguística, toda língua é majoritariamente suficiente, com franjas de insuficiência. Mais do que isso, a língua tem uma relação de via dupla com o pensamento: ela o expressa, é certo, mas ela também o engendra, molda-o.

Para sermos menos abstratos, pensemos na Filosofia. A Filosofia não é sinônimo de pensamento, mas designa um conjunto limitado, muito limitado, de sistemas de pensamentos. Esses sistemas, e sobretudo seus prógonos, foram propostos por pessoas que se expressavam em grego. Isso não privilegia o grego como língua de pensamento (em absoluto!), mas o habilita de forma intrínseca a permear essas formas de pensamento que, por causa de Aristóteles, tornaram-se hegemônicas no Ocidente, a ponto de estruturar a instituição encarregada do próprio pensamento, a universidade.

Em outras palavras, levados pelas boas e seguras mãos da etnolinguística, não é lícito crer que se pense melhor – ou pior – em grego, tampouco que seja o grego uma língua vocacionada ao pensamento. Também não é uma língua vocacionada à filosofia, mas pode-se, sim, afirmar que, uma vez que os sistemas de pensamento, nem melhores nem piores do que os demais, sob a égide da Filosofia têm, no grego, uma expressão mais fluida e menos oclusa para suas proposições, por mais inovadoras que sejam.

O fato de não ser outra língua tão propícia à filosofia quanto aquela na qual foram forjadas essas formas de pensar não impede que haja outros idiomas em que seja possível filosofar, tampouco que seja a filosofia a única ou a melhor forma de pensamento. Aliás, estamos pessoalmente convencidos do contrário.

O caso do alemão mereceria uma fala à parte, tanto pela sua complexidade quanto pela sua singularidade. Aqui, como esse tema está muito distante daquele sobre o qual nos propomos a falar, talvez seja o momento de dizer apenas que um dos motores de sua unificação em função de um projeto de formação de estado-nação foi precisamente certa emulação do grego. De fato, o alemão é um idioma que, imerso num processo histórico, teceu para si o imaginário de herdeiro de uma língua inerente à filosofia, mas a uma filosofia que, num projeto etnocêntrico, propunha-se a sinonimizar-se com o próprio pensamento.

E eis algo grave, e que nos afeta muito diretamente: a filosofia tornou-se, como dissemos, a forma hegemônica e institucionalizada do pensamento, sopeando ou obnubilando outras expressões que são, de resto, tão caras a nós, ortodoxos.

É evidente, no entanto, que a filosofia tem, ao menos (mas não somente) dois lugares na construção discursiva dos escritos patrísticos desde os chamados “padres apologetas”, a saber: o de inteligibilidade e de repositório de um capital social. A título de exemplo cito a analogia proposta por São Justino entre o intróito do Περὶ ἔρμημείας, do Órganon aristotélico, e o Mistério da Santíssima Trindade, onde o ὄνομα é o Pai, o ῥῆμα, o Espírito Santo, e o λόγος, naturalmente, Cristo.

Apesar disso, como sempre temos defendido, se o Catolicismo Romano identificou-se com a Filosofia, relendo-a pela controversa “escolástica”, e, mais tarde, o protestantismo luterano e calvinista abraçou a retórica em detrimento da devoção sacramental, nós, por nossa vez, depois de passar a fazer uso de todos esses recursos em nossa afirmação institucional, seguimos de perto a inefabilidade da qual só a poesia pode dar conta. E também aí foi a poesia grega, exaltada e emulada pelos romanos, que nos ofereceu bases de linguagem com a qual desde o princípio e até hoje expressamos, nos passos de São João Teólogo e de tantos outros como de São Gregório de Nazianzo, aquilo não cabe nos sistemas filosóficos tampouco na retórica, por não se rebaixar à pretensiosa lógica. Assim, coube aos nossos Santos Padres compor a filosofia do impensável e a retórica do indizível. O próprio São Gregório de Nazianzo, dominador tanto da filosofia quanto da retórica, espargiu com mais liberdade e propriedade sua teologia pelos poemas que o consagraram e lhe asseguraram entre muitos outros louros o de ter um livro inteiro da Antologia Palatina para seus epigramas.

Em resumo, a língua grega não é especialmente vocacionada ao pensamento mais do que qualquer outro idioma do mundo. Onde há pessoas, há pensamento. Mas há uma relação recíproca de engendramento entre pensamento e linguagem, e, assim, tendo sido um dos muitíssimos sistemas de pensamento produzidos pela humanidade, a filosofia, forjada nos moldes dessa linguagem e por ela, é natural que a filosofia ali se sinta melhor conceitualmente. Como a Ortodoxia precisou de falar filosoficamente não só para ser entendida como também para ser respeitada, é natural que muitos de seus elementos conceituais tenham desde o primeiro momento essa marca indelével que encontrou ainda mais respaldo por circular, desde os primórdios os Evangelhos, canônicos ou não, num grego comum voltado para a comunicação num mundo helenizado. Independentemente de em que idioma tivesse sido escrito originalmente, por exemplo, o Evangelho segundo São Mateus, seguramente foi em grego que tanto ele quanto os demais circularam à larga, conforme, aliás, um gênero textual então em voga.

Uma questão que, a partir daqui, se coloca é a da intradutibilidade. Há, de resto, uma discussão efervescente no momento sobre esse tópico, e a filósofa Barbara Cassin dirige um projeto internacional intitulado “Dicionário dos Intraduzíveis” que, termo a termo, revolve esse tema.

Um conceito é um feixe limitado, próprio e preciso de significação, não somos nós quem o dizemos, são autores como Reinhart Koselleck, por exemplo. Para

Koselleck, inclusive, esse feixe pode mesmo prescindir de significante em casos muito específicos. Poderíamos nós dar como exemplo a dificuldade de expressar, com um significante em grego, um conceito que nós, brasileiros e argentinos, facilmente nomearíamos como “culpa”. Caberia, perguntamos, supor que os gregos de qualquer época não a sentissem ou não tivessem, em sua cultura, esse conceito, ainda não lhe pudessem aferir um significante preciso, uma vez que nem σφάλμα nem αίτία aí cabem?

Fiquemos, no entanto, com os conceitos para os quais há significantes. Propomos em primeiro lugar pensarmos em significantes análogos, ou seja, com feixe conceitual aproximado. Pensamos, para exemplificar, em usar a “família” da raiz de λέγω.

E aqui fazemos um parêntese para esclarecer que, para trabalhar com conceitos, o pior caminho é sempre o da etimologia. A etimologia é útil na retórica, mas pouco útil na semântica dos conceitos. A razão disso é muito simples: evidentemente não há compromisso semântico algum com qualquer étimo. Esse “compromisso” é uma falácia epistemológica que, como dissemos, foi e surpreendentemente ainda é muito usada na retórica. Trata-se de um compromisso com o tempo, o espaço e a história.

Dito isso, voltemos ao exemplo que colhemos meio que ao acaso e por interesse nos textos patrísticos. O substantivo derivado de λέγω, λόγος, tem em seu espectro sêmico sabidamente muito peculiar à língua grega. Em nossas traduções litúrgicas e da patrística em geral, usamos o termo “verbo”, influenciados claramente pela tradução latina *verbum*. A primeira, mas não a única, questão que se coloca é: há em *verbum* o senso da relação entre pensamento e linguagem que há em λόγος? e, se quisermos aprofundar, como se deve, podemos ainda perguntar: de que forma o termo *verbum* já estava predisposto a assumir um posto teológico, como já indica seu uso, por exemplo em Plutarco (*Mor.* 376 c, 381 b, 568 d etc)? Certamente a resposta para ambas as perguntas é ‘não’. Mas esse é o limite da tradução: a humilde e resignada renúncia a traços sêmicos que posteriormente podem ser realocados, como foi, parcialmente, o caso de “verbo”. Não é preciso aqui lembrar da dificuldade que temos para traduzir, na Divina Liturgia, o termo λογική λατρεία, oriundo da *Epístola de São Paulo aos Romanos* (12,1). Sem a percepção dos traços sêmicos adicionados pelo estoicismo ao termo λόγος, a dimensão transcendental do termo corre riscos de não ser atingida. É escusado dizer que, em casos como este, a etimologia, tomada em seu sentido mais tradicional e característico do positivismo do século XIX, é deletéria para a exegese e para a tradução, ao passo que, em seu sentido mais moderno, de história das palavras e dos conceitos, é necessária. A explicação etimológica tradicional cai no grave erro teórico-metodológico da teleologia histórica, e sobrepõe, qual as piores ideologias humanas, a origem à história, a suposta pureza de um suposto nascedouro ao qual jamais teremos acesso ao uso do termo, à sua genuína semântica e pragmática.

Chegamos, pois, ao último ponto de nossa fala, aquele em que apresentamos a uma resposta ao problema aqui brevemente posto.

A palavra que dá o tom de encerramento a esta exposição parece destoar do resto, mas é incontornável: ‘inspiração’. A inspiração que une em triangulação três momentos neotestamentários, a saber: o Pentecostes, a Transfiguração (ou

Metamorfose) e a Epifania (ou Teofania). São momentos em que o Espírito Santo instaura uma relação conosco que se traduz na plenificação do Λόγος, o que implica também uma via tradutória.

Começamos, como ensina Aristóteles, do começo. Espírito é a forma ibérica de *spiritus*, um significante que designa um conceito que se ambienta bem naquele expresso pelo vocábulo πνεῦμα: hálito vital, portador e alento da ψυχή, termo que encontrou bom refúgio em *anima*. Esse conceito, é evidente, está relacionado em todos os aspectos com a inspiração, e também com a expiração, uma vez que é ele que traz e leva, no indivíduo, aquilo que do campo pneumatológico, desde o sacro dom da própria vida, até a verve poética que nunca pôde ser explicada senão de forma irreduzível à imanência. "Ἐνθεος, diziam os antigos, quando queriam falar sobre essa penetração de um deus em suas ψυχαί. Deus dentro de si: algo que renunciava e abria caminho para que pudéssemos compreender essa operação tão sobrenatural e tão rara de ingresso do Espírito Santo na alma sobretudo dos nossos Santos Padres, entre os quais, destaco desde já, São Cirilo e São Metódio, insignes tradutores.

Nossa grande dificuldade de traduzir a Sagrada Escritura e mesmo os textos Litúrgicos se dá por não sermos, muitas vezes, aptos a inspirar o Sopro, o Πνεῦμα de Deus. Quem duvidará que os sábios da *Septuaginta* foram capazes disso, mesmo não sendo cristãos? E mais, como encontramos em árabe e em eslavônico soluções tradutórias para o grego de que não somos capazes em línguas até mais próximas historicamente do grego do que o árabe, que é semítico?

São mistérios, é certo, e da ordem sacramental: porque dizem respeito ao Pentecostes tradutório.

Como a linguagem humana e que também é aquela com que o Espírito se nos revela é composta de elementos sinestésicos, e, sem dúvida, a língua é, desses elementos, o mais complexo, mas não o único nem está isolada, assim, traduzir o grego não é só traduzir o idioma, mas todo um sistema semiótico complexo onde o mito se faz rito e se renova, onde Deus se faz presente e se deixa evocar. Esse rito não depende da palavra ou de sua exatidão somente, não somos protestantes. Esse rito, como dissemos, depende de todo um sistema semiótico, e esse sistema está alicerçado em uma estética que demanda uma *paidéia* do espírito. Esse, é claro, é outro desafio nosso, sobretudo na diáspora.

A música deve encaixar-se precisamente nas palavras e estas naquela. Os movimentos, seus ritmos, odores e sabores. Todos ao seu momento, todos entrelaçados. Como dar conta disso na tradução? Apenas uma forma me parece viável: a inspiração.

Mas o Espírito sopra onde e com a intensidade que quer, certamente de acordo com nosso mérito e nossa necessidade. Mesmo as traduções mais inspiradas, onde a presença do Espírito Santo é sentida a cada nota, a cada sílaba, a cada movimento, mesmo nessas, há a reverência à língua em que primeiro soprou o Espírito nas almas humanas, o grego. E assim, não há Divina Liturgia árabe, por exemplo, em que não se ouça, pelo menos, um Κύριε, ἐλέησον. É um tributo inquestionável aos limites da tradução, e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de sua exequibilidade.

Finalmente, gostaríamos de dar um testemunho pessoal sobre o tema.

Em nossa Paróquia, lentamente fomos criando a consciência de que cabe a nós, na imensa Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sermos os guardiães de um inestimável tesouro: os ritos da Santa Igreja de Cristo, tal qual nos foram legados pelos Santos Padres, inspirados pelo Espírito Santo. Assim, revezando alternadamente partes em português e grego, damos ao Povo de Deus acesso a esse patrimônio. Às vezes, muito raramente, alguém questiona sobre a compreensão; ao que retrucamos: o que você espera entender, se reconhecesse o sentido das palavras? O sentido dos Sacramentos não está no sentido das palavras, mas o transcende, e, aos poucos, as pessoas vão entendendo a que cada parte se refere, vão acostumando-se às sacras palavras sopradas pelo Espírito. A aparente barreira linguística funciona exatamente como o iconostásio, um resguardo da medula sacramental, um abrigo do sagrado, uma trincheira dos anjos; que, qual o iconostásio, deve ser muro e porta, proteção e acesso, encanto e respeito. Misteriosa em vários níveis, permeável e não trespassável, humana porque nada mais do que uma língua; sacra, porque sobre ela soprou o espírito de Pentecostes e nela se espalhou a Boa Nova de Cristo a todos. A língua dos gentios, a língua comum, antes a mulher samaritana, hoje, o bom samaritano, que guarda o mistério do sentido transcendental de sua ética.

Rev.do Prof. Dr. Prot. Henrique F. Cairus e Presbítera Prof. Dra. Tatiana